

D'A GUERRA DE JOAQUIM FURTADO DOCUMENTÁRIO HISTÓRICO E GUERRAS DA DESCOLONIZAÇÃO

Bruno Cardoso Reis

Para mim, durante muito tempo, houve apenas dois tipos de documentário: aqueles que passavam na RTP, e os que não passavam na RTP, e aos quais, portanto, eu não tinha fácil acesso numa era anterior à internet e à TV privada. Esta confissão serve de introdução a uma questão prévia importante.

É de saudar e sublinhar a substancial liberdade de escolha que hoje temos, neste como noutros campos, sobretudo por via da informação e das compras *on-line*. Porém, há que relevar igualmente que o papel da TV pública ainda é indispensável na *difusão*, e mais ainda na *produção*, de documentários de qualidade. É assim mesmo no dito «templo do mercado livre», os EUA, se pensarmos na importância da PBS – apesar de ser de sublinhar o peso nesta estação pública das doações privadas, elas são estimuladas e enquadradas por uma criação estatal. E é assim, claro, no caso sempre paradigmático da Grã-Bretanha com a BBC. As estações de TV públicas são, portanto, essenciais quer na produção documental própria, quer pelo espaço que as suas encomendas regulares criam para produtores independentes, quer pelo padrão que estabelecem de TV de qualidade que outros canais, por vezes, vão querer emular. E é muito importante que a RTP corresponda a esse papel.

OS DOCUMENTÁRIOS E A HISTÓRIA

A respeito do papel cultural da televisão estou, parafraseando Umberto Eco, mais do lado dos «integrados», e certamente não do lado dos «apocalípticos». Não vejo, *a priori*, nenhuma razão para desprezar este meio de comunicação. O seu alcance e impacto potencial é evidentemente enorme. As exigências de síntese e de clareza a que obriga a sua linguagem parecem-me estar longe de serem necessariamente negativas. E há muita coisa válida que a TV pode fazer no campo da cultura histórica. Mais, na exploração e na produção de fontes orais e visuais há coisas que só uma boa produção documental pode conseguir, pelos custos envolvidos, pelas facilidades de acesso a centros de poder, pela capacidade de recolher testemunhos variados.

Actualmente diria que ainda há para mim dois tipos de documentários históricos. Contudo, o ponto distintivo já não é se a RTP os difunde ou não, mas antes a sua natureza. Há documentários essencialmente testemunhais, em que predomina largamente o depoimento; e há documentários mais argumentativos em que aos depoimentos se juntam pontos de vistas de especialistas e fontes várias – não apenas visuais. À partida, prefiro o segundo tipo, por permitir (potencialmente) uma visão mais completa e mais complexa da realidade histórica. Por conseguinte, um qualquer documentário testemunhal, como até agora *A Guerra* tem sido essencialmente, joga, à partida, em desvantagem na minha análise.

Isso não quer dizer que não esteja consciente do muito trabalho de selecção de entrevistas preexistentes ou de entrevistas a realizar, de elaboração de questionários, de corte e de montagem que um bom documentário testemunhal implica. Nem sou sequer alheio ao argumento que na sua forma mais brutal foi expresso por um documentalista que tenho em óptima conta, Ken Burns, que explicou que o seu principal objectivo com o documentário *The War* – um homónimo americano da obra de Joaquim Furtado estreado há poucos meses, sobre a participação americana na II Guerra Mundial, produzido pela PBS juntamente com o Veterans History Project da Library of Congress – era garantir que seria possível fazer a história do conflito a partir de baixo, pelo testemunho das pessoas que nela combateram, antes que «os historiadores estragassem a história». O mínimo que se pode dizer é que percebo a provocação, mas não estou (previsivelmente) de acordo.

Porquê? Porque é muito fácil fazer um documentário testemunhal mauzinho: umas quantas entrevistas de pessoas disponíveis, provavelmente com o mesmo ponto de vista, umas quantas imagens já muito vistas. Não é esse, de todo, o caso de *A Guerra*, que aposta em entrevistas novas, imagens novas e sons novos, difíceis de obter. Mas mesmo quando as fontes são ricas, variadas, cruzadas e inesperadamente reveladoras, por vezes, sem um ponto da situação analítico a soma é uma confusão. Os documentos – orais ou escritos – não falam por si. Ou melhor, falam mas oferecem versões necessariamente incompletas e parciais. Isso cria um problema para o espectador comum sem referências para escolher entre as várias versões. O homem no terreno tem necessariamente uma visão limitada das coisas. Se não fosse assim, o historiador seria desnecessário. E sendo assim, muitas vezes o historiador é um desmancha-prazeres, um destruidor de estórias tão encantadoras e úteis como míticas, um desmancha-prazeres necessário. Em suma, nem todas as perspectivas são iguais, nem todas são igualmente fiéis aos factos que é possível estabelecer, mesmo quando são (subjectivamente) verdadeiras e interessantes.

A GUERRA DE JOAQUIM FURTADO

Entrando especificamente n'*A Guerra* de Joaquim Furtado, como avalio então este documentário à luz das questões a que aludi sobre o documentário e a história? *A Guerra* tem sido essencialmente um documentário testemunhal e excelente nesse género. Percebo

que, até pela riqueza dos testemunhos e o tempo limitado de cada episódio, esta fosse a opção mais tentadora. Diria até que os historiadores deveriam agradecer essa opção de Joaquim Furtado por deixá-los de fora. Eles não conhecem muitos destes testemunhos e conhecem bem (ou deveriam) as opiniões e análises uns dos outros. Os praticantes da história das guerras da descolonização portuguesa podem complementar e contextualizar e debater à vontade, mas têm aqui uma nova antologia documental visual que é uma grande mais-valia.

Tenho algumas dúvidas, por enquanto, quanto à organização geral do documentário – que possivelmente privilegia o valor dos testemunhos e oferece menos (ou nem pretende fazê-lo) uma visão estruturada do conjunto destas campanhas. Mas quanto a isto haverá que aguardar pela série completa. Quanto à tarefa fundamental de divulgação histórica relativamente às guerras da descolonização portuguesa (guerras coloniais houve muitas na história ultramarina portuguesa) a opção essencialmente testemunhal tem virtualidades mas comporta também alguns riscos. Darei dois exemplos concretos, antes de concluir.

INSURREIÇÃO EM LUANDA E NO NORTE DE ANGOLA EM 1961

A forma como este acontecimento é abordado ilustra algumas das limitações de uma abordagem essencialmente testemunhal. Talvez as mais evidentes tenham a ver com as queixas repetidas de falta de meios, de falta de tropas em Angola nessa altura, da falta de preparação para aquele tipo de combate. Subjectivamente será verdade. Objectivamente e em termos relativos – que são os essenciais do ponto de vista da análise histórica – não era. Portugal nunca tinha tido tantas tropas em Angola, tão espalhadas e tão bem preparadas para a contra-insurreição como em 1961. A França e a Grã-Bretanha estavam bem menos preparadas para as insurreições na Indochina e na Argélia, na Malásia ou no Quênia e demoraram mais a reagir e a adaptar-se à nova forma de luta.

Mais: as dificuldades reais no terreno não mostram falta de interesse por este tipo de conflito por parte de Salazar. Há, no documentário, um ou outro depoimento a contrariar esta corrente testemunhal dominante, com referências às cruciais visitas de estudo de militares portugueses à Argélia ou ao treino em contraguerrilha no CEO em Lamego, mas parece justo dizer que a imagem que em larga medida prevalece n'A Guerra é a tradicional: Salazar e o Estado Novo não queriam acreditar na possibilidade de uma insurreição e por isso não se preparam devidamente para estas guerras de guerrilha. Ora, não só alguma preparação vinha a ser feita desde 1956, como foi mais longe do que noutros casos comparáveis. Mais meios haveria se os norte-americanos e ingleses os tivessem vendido. Mais homens haveria se o Exército não tivesse resistido a desfazer-se das suas preciosas unidades convencionais NATO. Esse é, aliás, um problema geral deste tipo de conflitos periféricos e não convencionais: é difícil mobilizar meios de monta para eles antes de rebentarem, e é compreensivelmente muito difícil persuadir exércitos convencionais a mudar de missão convencional.

Depois, há a ideia de que informações certas sobre o quando e onde se iria dar a insurreiçã da UPA se perderam e poderiam ter evitado o desastre. É preciso ver esta questão, no entanto, no contexto do normal sempre que se lida com informações. Depois de um evento dramático nós sabemos qual era a informação verdadeira e crucial. Na época, essa informação é apenas mais uma numa enxurrada de notícias e rumores sobre possíveis acções de possíveis inimigos. O problema é, sempre, fazer a triagem e estabelecer prioridades. Que isso falhou parece evidente. Que esse falhanço seja anormal é menos evidente.

Não se pense, no entanto, que achámos a abordagem destes eventos sem interesse. Pelo contrário, há pontos muito importantes a extrair da abordagem pel'A Guerra destes eventos: a caracterização do discurso racista da UPA, a presença dominadora de Franz Fanon (o intelectual que teorizou a violência genocida como necessária à libertação da raça negra dos seus alegados complexos de inferioridade) como conselheiro de Holden Roberto, que, no entanto, ao prestar o seu depoimento recua face a esse discurso, ao contrário do que fazem os seus homens.

MOTIM EM MOÇAMBIQUE

O tratamento pela série do motim de Mueda parece-nos ser dos mais conseguidos d'A Guerra, e dos que melhor ilustram as suas virtualidades. Estes motins sangrentos são um clássico dos impérios e originam sempre alguma controvérsia. Quem ameaçava quem? A grande multidão armada com *slogans* e, eventualmente, algumas armas de improvisado? Ou o sempre relativamente pequeno destacamento de forças coloniais bem melhor armadas? O episódio de Mueda vai buscar protagonistas fundamentais e cruza testemunhos, ajudando a ilustrar toda a complexidade do caso, aproximando-nos mais do que terá sido o real número de mortos e o elemento central de equívoco trágico em que tudo assentou. De um lado, temos um governador colonial convencido de que a força do seu prestígio de colonizador bastaria para pacificar os ânimos; do outro, manifestantes que acreditavam que bastava gritar suficientemente alto pela independência e assustar o poder português que ele caía. Neste episódio, de forma típica, a violência irrompe do dilema essencial da colonização – a fundamental fraqueza do poder colonial obriga-o a mostrar periodicamente força bruta. Um ponto ilustrado alegoricamente por esse outro administrador colonial, George Orwell (alias Eric Blair, subchefe da polícia colonial britânica na Birmânia), no pequeno ensaio *Shooting an Elephant* (1936). Fica também evidente que este género de violência não surgiu nas colónias portuguesas como um resultado excepcional das guerras da descolonização, precede-as e era parte de uma experiência de dominação colonial bem mais ampla.

CONCLUSÃO

Tudo somado, o resultado d'A Guerra de Joaquim Furtado parece-me, até ver, claramente positivo. O problema fundamental está em que este é um campo pouco ou nada explo-

rado. É praticamente inevitável que uma crítica que queira ir um pouco além da superfície acabe a pedir ao explorador de terreno incógnito que investigue ainda mais isto ou aquilo. A solução é evidentemente haver mais documentários de diverso tipo sobre as guerras da descolonização portuguesa. Afinal, este é um evento fundamental não apenas na história do século XX português, mas também na história mundial. As «nossas» guerras da descolonização marcaram o fim do primeiro e último grande império colonial europeu. Joaquim Furtado está portanto de parabéns pelo seu difícil trabalho pioneiro, que faço votos para que possa ter a repercussão que merece.

A história das guerras da descolonização portuguesa ganhou já muito pelo que vi d'A Guerra. Como prova disso fica um apelo final a que, uma vez concluído e exibido o documentário, seja no arquivo da RTP, seja noutra local, fiquem acessíveis as versões integrais das entrevistas realizadas.

A valorização das fontes orais e em geral do trabalho de história oral é algo em que a história portuguesa está lamentavelmente muito atrasada. Todos os contributos para combater esse estado de coisas são bem-vindos. Deste ponto de vista (e parece-me adequado, neste contexto, concluir parafraseando Mao), A Guerra de Joaquim Furtado representa um grande salto em frente. **Rei**